

Um olhar sobre a atual situação dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

An overview of the current status of alumni from the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Espírito Santo (IFES)

Una mirada a la situación actual de los egresados del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Espírito Santo (IFES)

DOI: 10.54901/educa.v9-521

Penildon Silva Filho ¹
Marcia de Freitas Cordeiro ²
Mardem Ribeiro Rocha Barbosa ³

RESUMO

O estudo investigou a política de acompanhamento de egressos do Ifes para analisar a relação entre a formação acadêmica e profissional de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) concluídos entre 2017 e 2019 e sua inserção no mundo do trabalho, no *campus* Ibatiba. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e utilizou o estudo de caso, articulado a métodos quantitativos e qualitativos, incluindo levantamento de dados, revisão bibliográfica e aplicação de questionário semiestruturado. Embora tenham sido identificadas ações isoladas voltadas aos egressos do Ifes, constatou-se que a política de egressos da instituição ainda se encontrava em estágio incipiente. Diante disso, o estudo buscou analisar o contexto das ações existentes e propôs a criação de um procedimento para o desenvolvimento dessa política. Foi elaborada uma metodologia de coleta de dados que pode ser replicada para fornecer subsídios para futuros estudos. Ressalta-se que, posteriormente à realização desta pesquisa, o Ifes avançou significativamente nessa agenda, com a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos (PAEG) em 2023 e a realização da primeira Pesquisa Institucional de Egressos em 2024, ocasião em que foram obtidos resultados sobre a percepção dos egressos acerca de sua formação e trajetória profissional. O acompanhamento de egressos é fundamental para uma formação que interaja com as transformações do mundo do trabalho, especialmente aquelas associadas às tecnologias digitais.

Palavras-chave: egressos; ensino médio integrado; mundo do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho foi a busca da identificação da correlação entre a formação propedêutica e profissional dos(das) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio,

¹ Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: silvafilhopenildon@yahoo.com.br

² Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: cordeiro.mf@gmail.com

³ Mestre em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

concluídos entre os anos de 2017 e 2019, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) do *campus* Ibatiba, e a inserção dos egressos no mundo do trabalho. Um dos principais objetivos da pesquisa foi analisar a influência desses cursos na continuidade dos estudos dos(das) discentes e no seu ingresso no mercado de trabalho.

É relevante ressaltar que, de acordo com o artigo 36-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁴, a formação propedêutica é denominada como “formação geral do educando”, enquanto a formação profissional é considerada como “preparação geral para o trabalho”. Essa separação é estabelecida legalmente, porém, no contexto educacional os(as) estudantes vivenciam simultaneamente ambas as preparações ao longo dos três ou quatro anos de ensino médio integrado. Isso ocorre porque não é permitido ao(a) aluno(a) concluir apenas uma das preparações, pois é gerada uma matrícula única para os(as) estudantes que cursam a modalidade integrada.

As exigências legais mínimas para a formação técnica, combinadas com as exigências da formação propedêutica, resultam em currículos complexos, nos quais os(as) estudantes precisam lidar com mais de uma dezena de disciplinas simultaneamente. Esse processo foi intensificado no Ifes após a implementação de mudanças nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), que reduziram a duração do ensino médio integrado de quatro para três anos em várias unidades da instituição.

Esse programa extenso, por si só, já representa um desafio para os(as) gestores(as) escolares, que precisam decidir entre duas opções: oferecer uma formação com duração mínima de três anos, como previsto em lei, concentrando os conteúdos nesse período e ampliando os dias letivos ou desenvolver atividades em contraturno escolar; ou prolongar a duração dos cursos, distribuindo as disciplinas em mais anos e mantendo os(as) estudantes por mais tempo na instituição. Essa segunda opção levava muitos(as) estudantes, seja no Ifes ou em outras instituições, a obter aprovação no ENEM/SISU ao final do terceiro ano e depois buscar a certificação pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou a se matricular em cursos superiores por força de liminares na Justiça.

Esse dado histórico deve ser lido em diálogo com o cenário atual, uma vez que a possibilidade de certificação de conclusão do ensino médio pelo Enem, descontinuada em 2017, foi retomada a partir da edição de 2025 do exame, nos termos da Portaria MEC nº 382/2025⁵,

⁴ Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Art. 36-A. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 jun. 2026.

⁵ Brasil. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 382, de 22 de maio de 2025**. Altera a Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020, que institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de

publicada em 23 de maio de 2025. A medida não extinguiu o Encceja, que permanece como exame voltado à certificação de jovens e adultos(as), mas passou a oferecer uma segunda via de certificação para os(as) participantes que indicarem essa finalidade e atenderem aos critérios definidos pelo Inep. Essa alteração reforça a necessidade de atualização permanente das análises sobre as trajetórias dos(das) estudantes egressos(as), especialmente quando se discutem estratégias de conclusão do ensino médio, ingresso no ensino superior e reorganização dos percursos formativos.

Uma política de acompanhamento de egressos(as) e uma estratégia de monitoramento foram pensadas como ações capazes de coletar dados e informações que nos ajudassem a esclarecer essas questões e a subsidiar uma reflexão mais crítica sobre os currículos e conteúdos desenvolvidos nessas instituições. Em relação ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e seus egressos(as), embora se possa identificar ações pontuais voltadas para esse público, percebe-se que a política de acompanhamento de egressos(as) da instituição ainda se encontrava em estágio inicial à época da coleta de dados. De acordo com o Ifes (2020), a construção do observatório de egressos(as) havia sido iniciada, porém, até o último relatório de gestão publicado naquele momento, não havia dados concretos disponíveis.

Cumprir registrar, contudo, que o Ifes avançou substantivamente nessa agenda após a conclusão desta pesquisa. Em 2023, foi aprovada a Política de Acompanhamento de Egressos do Ifes (PAEG), por meio da Resolução CS nº 177/2023⁶, estabelecendo a finalidade, a organização e o funcionamento do acompanhamento de egressos(as) em toda a instituição. A PAEG tem como finalidade, entre outros objetivos, averiguar a inserção do(da) egresso(a) no mundo do trabalho, a efetividade da formação curricular recebida com a realidade demandada pelo seu trabalho, a continuidade e verticalização dos estudos, e os impactos socioeconômicos das ações formativas promovidas pelo Ifes. Em 2024, o Ifes realizou sua primeira Pesquisa Institucional de Egressos(as), ouvindo 1.840 ex-alunos(as) de todas as regiões do Espírito Santo, com dados sobre perfis, trajetórias acadêmicas, inserção profissional e impacto da formação recebida. Os resultados indicam que a formação no Ifes tem repercussões significativas no mercado de trabalho, na continuidade dos estudos e no desenvolvimento

Avaliação da Educação Básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, edição 96, p. 121, 23 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-382-de-22-de-maio-de-2025-631563157>. Acesso em: 9 jun. 2026.

⁶ INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFES nº 177, de 23 de setembro de 2023**. Aprova a Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Vitória: Ifes, 2023. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_177_2023_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Acompanhamento_de_Egressos_do_Ifes1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

pessoal dos(das) egressos(as), com destaque para a alta taxa de empregabilidade e o avanço para cursos de graduação e pós-graduação.

Dadas as circunstâncias do período original da coleta, não era possível, no momento da realização do trabalho, afirmar qual era a correlação entre o número total de estudantes formados e o número daqueles(as) que estavam empregados(as) em áreas relacionadas aos cursos técnicos ou aos cursos superiores oferecidos pelo Instituto.

Apesar da falta de dados oficiais consolidados à época, profissionais da instituição compartilhavam a percepção de que poucos(as) estudantes, em relação ao total de concluintes, permaneciam em profissões relacionadas aos cursos técnicos concluídos após o ensino médio. Durante o processo seletivo de ingresso nessa etapa, inclusive, surgiam questionamentos frequentes sobre a possibilidade de os(as) estudantes cursarem apenas o ensino médio propedêutico, sem as disciplinas técnicas, demonstrando certo desinteresse pela parte técnica dos cursos integrados. O estudo sobre a trajetória dos(das) egressos(as) poderia sugerir indícios para compreender como os(as) mesmos(as) se relacionam com a sua formação no Ifes e para posteriormente a instituição poder refletir sobre a mesma e sua relação com o meio social.

Antes de iniciar as discussões sobre os complexos processos envolvidos na formação integral de um(uma) estudante, pensou-se ser importante estabelecer o significado do termo “egresso”. Em uma definição mais ampla, de acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, o termo em questão está relacionado à pessoa que saiu, afastou-se ou não faz mais parte de um grupo ou comunidade. Ao restringir o escopo deste trabalho ao contexto educacional, podemos considerar o “egresso” como aquele que não faz mais parte da instituição educacional, abandonando seu status de estudante e adquirindo a condição de graduado. Conforme Santana (2021), “egresso” é considerado o indivíduo que não pertence mais à instituição e se torna diplomado(a).

No entanto, essa abordagem disruptiva parece não atender às necessidades dos valores sociais preconizados em nossa sociedade atual, especialmente no que se refere aos princípios que regem nosso sistema educacional, conforme claramente expresso em nossa LDB, em seu artigo primeiro. “A educação abrange os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996)⁷.

Com base nisso, é essencial estabelecer uma definição de egresso(a) para este trabalho, ou pelo menos uma diretriz para interpretar o termo, seguindo os princípios mencionados

⁷ Mesmo documento da Nota de rodapé 1.

anteriormente, sem distorcer o entendimento do conceito e evitando confusões com o termo “estudante”. Neste contexto, consideraremos o(a) egresso(a) como alguém que, em algum momento, teve vínculos com uma instituição de ensino formal como aluno(a), por meio de matrícula, e que completou todas as etapas necessárias para receber o diploma de conclusão do curso. Esse sujeito mantém uma relação afetiva, seja positiva ou negativa, profissional e/ou legal com a instituição de origem, pertencendo a ela por tempo indeterminado.

Em sua pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Santana e Costa (2021) encontraram 25 trabalhos sobre egressos(as) entre os anos de 2014 e 2019. As regiões Nordeste e Sudeste destacaram-se como as principais produtoras de pesquisas sobre esse tema, e as universidades públicas foram as principais instituições de origem desses estudos, totalizando 22 dos trabalhos selecionados.

No estudo de Carneiro et al. (2020), foi realizado um levantamento sobre a realidade da Política de Acompanhamento de Egressos(as) nos Institutos Federais de Educação, comparando as políticas e/ou mecanismos de acompanhamento desenvolvidos por essas instituições. Os resultados revelaram que essa temática ainda é pouco explorada, com apenas 28 trabalhos disponíveis sobre o assunto no portal de periódicos da CAPES. No catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), são encontradas ainda menos referências, com apenas 9 trabalhos sobre o egresso do ensino profissionalizante.

Esses resultados indicam que a geração de dados que contribuem para a avaliação institucional por meio do acompanhamento de egressos dos institutos federais está em estágio inicial. As informações disponibilizadas nos relatórios de gestão ainda são limitadas quando se trata da relação entre acompanhamento de egressos e avaliação institucional (Carneiro et al., 2020). Há ainda alguns trabalhos acadêmicos recentes que abordam a empregabilidade dos(das) egressos(as), como os estudos de Ferreira (2021), Aguiar (2018), Rego (2019) e Lima e Goldszmidt (2015).

2 A FORMAÇÃO PROPEDÊUTICA E PARA O TRABALHO

A divisão da educação em propedêutica e técnica, assim como a questão dos grupos sociais a que essas modalidades são historicamente direcionadas, não é um fato novo e pode ser observada desde as antigas civilizações humanas. Saviani (2007) relaciona essa divisão na

educação com a própria divisão de classes na sociedade. Trabalho e educação são dois pontos interligados na história do desenvolvimento humano.

[...] essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.” (Saviani, 2007).

Saviani (2007) afirma que tanto a educação quanto o trabalho são atividades inerentes e exclusivas do ser humano, distinguindo-os dos demais seres do reino animal. Enquanto os animais se adaptam à natureza, os seres humanos precisam adaptar a natureza a si mesmos. Ao agir sobre ela e transformá-la, os seres humanos ajustam a natureza às suas necessidades. No entanto, o constante aprimoramento das atividades humanas altera as relações entre os membros da sociedade. “O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas.” (Saviani, 2007, p. 155).

Saviani (2003) reforça que, nas origens da escola, ela era restrita a uma pequena parcela da humanidade. Nas sociedades escravocratas, as habilidades servis relacionadas ao cultivo da terra não exigiam a incorporação de conhecimentos sistemáticos. Essa realidade predominou até a Idade Média, quando o surgimento do capitalismo alterou a relação do conhecimento produzido e transmitido pela humanidade, e posteriormente a revolução industrial aguçou essas transformações sociais.

Essas mudanças exigiram que todos(as) compreendessem os códigos escritos, levando à necessidade de alfabetização generalizada e à universalização da escola. As relações de trabalho estão intrinsecamente ligadas à formação escolar. O currículo escolar, desde a escola elementar, segue o princípio do trabalho como o processo pelo qual o ser humano transforma a natureza.

No contexto brasileiro, a relação entre educação e trabalho se torna particularmente evidente a partir do ensino médio, estendendo-se até a Educação Superior. Nesse cenário, é possível identificar uma dicotomia que estava presente no Brasil até a concepção do ensino médio integrado nas antigas escolas técnicas e atualmente nos institutos federais de educação, na qual o trabalho intelectual estava associado à Educação Superior, enquanto o trabalho manual era vinculado à educação técnica de nível médio.

3 O ACOMPANHAMENTO DOS(DAS) EGRESSOS(AS) COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INOVADORA PARA A FORMAÇÃO E (RE)PENSAR CURRÍCULO

Para analisar a realidade atual do Ifes em relação ao desempenho acadêmico dos(das) estudantes e sua inserção no mundo do trabalho, adotamos uma abordagem de Estudo de Caso simples. A pesquisa teve um caráter exploratório, combinando métodos quantitativos e qualitativos, e envolveu a coleta de dados, revisão bibliográfica e aplicação de um questionário semiestruturado.

A investigação iniciou-se com uma análise documental das ações institucionais de acompanhamento de egressos existentes no Ifes. Para isso, foram consultados o site institucional, o Sistema de Gestão e Geração de Documentos do Ifes (Gedoc) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), a fim de identificar documentos, registros e iniciativas relacionadas à temática.

O objetivo era identificar em quais ocupações os(as) egressos(as) estavam inseridos(as) no mundo do trabalho em um primeiro momento e, para compor o grupo amostral, foram solicitados os números de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos egressos à Reitoria do Ifes, em caráter confidencial, de acordo com as disposições da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011⁸, a fim de proteger informações pessoais. Os nomes dos(das) estudantes foram mantidos em sigilo, e não foram divulgadas situações específicas que pudessem identificá-los(las). Essa solicitação foi necessária porque a obtenção de informações dos(das) egressos, por meio do cruzamento com outras bases de dados existentes, é feita usando esse número de cadastro, o qual garante resultados precisos e confiáveis por ser de natureza pessoal.

Em seguida, foi realizada uma consulta ao site do Ministério da Fazenda para identificar o procedimento de solicitação dos dados e verificar quais egressos(as) do grupo amostral estavam cadastrados(as) na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) durante o período proposto. Essa consulta foi conduzida de acordo com as definições das leis vigentes, após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do Ifes e a obtenção da autorização da Reitoria para acessar e manipular os dados no sistema Q-acadêmico. No entanto, não foi possível obter uma resposta

⁸ BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

definitiva em tempo hábil sobre a liberação do acesso a esses dados por parte do governo federal.

Presume-se que o período de transição eleitoral e a redefinição/desmembramento do Ministério da Fazenda, ocorridos no final do ano de 2022, tenham dificultado o processo interno de compartilhamento de informações e autorizações. Após esse incidente, foi decidido incluir em um manual de orientação interno no Ifes, que resultou da pesquisa, o procedimento detalhado para solicitar tais informações, além de sugerir que esse processo seja realizado anualmente, para se tornar uma fonte constante de coleta de dados sobre a inserção dos(das) egressos(as) do Ifes no mundo do trabalho. A identificação da inserção dos(das) egressos(as) no mundo do trabalho permitirá saber se os(as) mesmos(as) decidiram dar continuidade aos estudos na Universidade, se decidiram trabalhar no campo em que se formaram no Ifes ou se optaram por outro campo de trabalho, ou mais de uma alternativa simultaneamente. Esse levantamento de dados permitirá uma visualização da trajetória de vida dos(das) egressos(as) dos IFs e assim uma reflexão e reorientação da formação nas instituições, aprimorando a relação entre formação propedêutica e profissional nos cursos, aprofundando a relação dos Institutos com a região e as comunidades nas quais eles(elas) estão inseridos(as) e potencializando o caráter social transformador dessas escolas. A utilização dos dados permitirá uma reflexão sobre os processos formativos com dados e informações de caráter empírico, que poderá proporcionar mudanças curriculares.

Há outras iniciativas no Brasil voltadas à construção de um quadro de empregabilidade a partir dos números de CPF dos egressos e das bases RAIS/CAGED, como com o Observatório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), que utiliza a RAIS e o CAGED para monitorar e verificar se os(as) ex-alunos(as) estão empregados(as) e qual a sua base salarial; e o projeto “Acompanhamento da inserção de egressos no mundo do trabalho” do IFMG, que propõe um aplicativo para confrontar dados de egressos(as) (dos sistemas acadêmicos, Sistec e EducaCenso) com os bancos de dados da RAIS, CAGED, CBO e CNAE. O objetivo é gerar indicadores como taxa de ocupação, setor de atividade e média salarial.

4 OUTROS MÉTODOS COM OS(AS) EGRESSOS(AS): CRUZAMENTO DE DADOS COM A PLATAFORMA DO MEI

A consulta ao status de Microempreendedor Individual (MEI) foi conduzida para os(as) egressos(as) que fazem parte do grupo amostral desta pesquisa. Para realizar essa consulta, foi necessário acessar um site específico do Ministério da Fazenda. O sistema de consulta requer a

inserção do número de CPF do(da) interessado(a), e essa consulta só é permitida após fazer login no perfil pessoal do “gov.br”, com um limite de 90 consultas diárias por perfil. Embora seja um número considerável de consultas, a existência de limitações indica a necessidade de uma organização adequada na coleta de dados, para que o trabalho possa ser realizado de forma contínua.

As informações básicas fornecidas quando o CPF retorna um cadastro de MEI incluem a data de inscrição do CPF como MEI, a atividade principal realizada por ele e o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Essa última informação é especialmente relevante, pois permite estabelecer uma relação entre a formação técnica dos(das) egressos(as) estudados(as) e verificar se eles(elas) estão atuando em suas áreas de formação ou não.

O CNAE é um código composto por sete números, sendo que o primeiro identifica as seções (total de 21 possíveis), o segundo indica as divisões (total de 87), o terceiro corresponde aos grupos (total de 285), o quarto número, acompanhado de um dígito verificador, representa as categorias, e os dois últimos algarismos indicam as subclasses (total de 1.318 possibilidades de classificação).

Para exemplificar o que se está sendo discutido, seguem alguns exemplos de CNAE: 43.99-1/03 - Obras de alvenaria; 43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica; 95.11-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos; 90.01-9/02 - Produção musical. Para fins de análise neste estudo, foram consideradas as 21 seções para comparar a relação entre a atividade econômica exercida e a formação profissional técnica obtida.

Foram obtidas algumas informações relevantes sobre a inserção dos(das) egressos(as) em atividades como microempreendedores individuais do Ifes. Relativamente ao ano de 2017, foram encontrados 3.996 egressos(as) de cursos técnicos que fazem parte do grupo amostral para consulta de condição de MEI. Destes, 447, o que corresponde a um total de 11,1% possuem ou já possuíram cadastro de MEI, sendo que 296, ou seja, 7,40% do total ainda estão ativos. Dentre os ativos, 35% possuíam cadastro de MEI guardando correlação direta com seu curso técnico.

Relativamente ao ano de 2018, foram encontrados 4.012 egressos(as) de cursos técnicos que fazem parte do grupo amostral para consulta de condição de MEI. Destes, 448, o que corresponde a um total de 11,1% possuem ou já possuíram cadastro de MEI, sendo que 6,66% do total ainda estão ativos e 4,44% já foram encerrados, ou encontram-se em situação de inaptidão. Dentre os ativos, 30,1% possuíam cadastro de MEI guardando correlação direta com seu curso técnico.

Relativamente ao ano de 2019, foram encontrados 4.640 egressos(as) de cursos técnicos que fazem parte do grupo amostral para consulta de condição de MEI. Destes(as), 492, o que corresponde a um total de 10,60%, possuem ou já possuíram cadastro de MEI, sendo que 6,98% do total ainda estão ativos e 3,62% já foram encerrados, ou encontram-se em situação de inaptidão. Dentre os ativos, 23,6% possuíam cadastro de MEI guardando correlação direta com seu curso técnico.

A proporção de egressos(as) do Ifes com cadastro de MEI ativo sugere presença relevante dessas ocupações entre os(as) concluintes analisados(as). No entanto, para fins de comparação com o conjunto da população brasileira, seria necessário utilizar base nacional atualizada e critérios equivalentes de idade, escolaridade, período de observação e situação cadastral. Assim, os dados aqui apresentados devem ser interpretados como indícios da inserção dos(das) egressos(as) em atividades econômicas formalizadas como microempreendedores(as) individuais, e não como comparação direta com a população brasileira em geral. Percebe-se, nos anos estudados, que não há variação significativa em relação às seções da CNAE nas quais os(as) egressos(as) atuam como MEI.

5 A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E O MÉTODO “SNOW BALL”

No que diz respeito à aplicação do questionário semiestruturado, foi adotada uma técnica de amostragem não probabilística denominada “bola de neve/snow ball”. O objetivo principal era acessar estudantes que se formaram entre três e cinco anos antes da pesquisa nos cursos técnicos integrados do Ifes campus Ibatiba e enfrentamos muita dificuldade em encontrá-los com os dados disponíveis na instituição. Isto significa que os(as) participantes não são selecionados(as) com uma probabilidade conhecida e estatisticamente calculável, o que impede a generalização dos resultados para a população total. No entanto, a sua força reside na capacidade de aceder a populações ocultas, de difícil contacto ou sobre as quais não existem listas ou dados prévios (Vinuto, 2014). O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário eletrônico no formato de uma entrevista semiestruturada.

Inicialmente, foi estabelecido contato através da rede social Instagram com 10 egressos(as) que seguiam a página oficial do campus Ibatiba. Cinco desses egressos(as) eram do curso Técnico em Meio Ambiente e os outros(as) cinco do curso Técnico em Florestas. Dos que responderam, os(as) três primeiros(as) de cada curso foram considerados(as) como o grupo inicial de referência (F0).

A partir desse ponto, a comunicação com o grupo F0 passou a ser feita através do aplicativo de mensagens WhatsApp. Foram enviados aos(as) participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informações explicativas sobre a pesquisa e o procedimento que seria realizado.

Todos(as) os(as) estudantes iniciais indicaram outros(as) colegas que poderiam ser convidados(as) a participar da entrevista, resultando em 14 egressos(as) na Geração 1 (F1). Os(As) egressos(as) da F1 que aceitaram participar da pesquisa também indicaram novos(as) colegas, totalizando 8 egressos(as) na Geração 2 (F2). Esse processo de indicação e participação se repetiu, formando as próximas gerações, até chegar à oitava geração (F8) com 2 egressos(as).

Dentre as informações levantadas, percebeu-se que ocorreu um alto índice de verticalização na formação por parte do grupo amostral, ou seja, os(as) egressos(as) começaram a fazer um curso superior, de forma que apenas um(uma) egressos(as) não estava inscrito(a) no nível superior nem havia concluído curso até o momento. Em relação à importância da formação propedêutica e técnica recebida pela percepção dos(das) estudantes, percebeu-se uma valoração maior para a propedêutica em detrimento da técnica. Entretanto, ao se questionar se os(as) estudantes optariam por realizar novamente as duas formações, ou apenas uma delas, individualmente, houve predomínio de respostas por preferência em relação à formação integral. Vejamos um detalhamento desses dados a partir de cada uma das perguntas.

- *Questão Introdutória A. Está Empregado no momento? (carteira assinada).*

Ao serem questionados(as) se se encontravam empregados(as), com carteira assinada, no momento da entrevista, 41 declararam não estar empregados(as) com carteira assinada e apenas oito declararam estar empregados(as), o que indica um índice próximo a 16% de estudantes empregados(as) formalmente dentre os(as) participantes.

- *Questão Introdutória B. Possui empresa ou equiparada? (CNPJ, MEI, etc.).*

Quanto a possuírem empresa ou equiparada, incluindo a possibilidade de serem microempreendedores(as) individuais (MEI), três responderam positivamente e 46 declaram que não estavam em tal situação. Destaque-se que os(as) que responderam positivamente a esta questão, responderam negativamente à questão introdutória A, demonstrando que não houve confusão em relação aos dois questionamentos. Dessa forma, 11 dos 49 estudantes estão inseridos(as) no mercado de trabalho, ou como empregados(as) ou como MEI.

- *Questão 1. O curso concluído no Ifes contribuiu para definir a verticalização dos seus estudos (ser admitido para um curso superior)?*

Relativamente ao questionamento: 13 afirmaram que o curso não contribuiu para sua verticalização, enquanto 35 afirmaram positivamente sobre ele haver contribuído para tanto. Apenas um(uma) egresso(a) optou por não responder a esta pergunta. Percebe-se uma significativa importância, na visão dos(das) participantes, no que diz respeito à realização do ensino médio no Ifes e a sua decisão para continuar os estudos formais, após sua formatura. Em pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar nas informações sobre este tópico, em especial com o grupo que afirmou não haver contribuição do curso concluído com a verticalização, no intuito de entender quais os outros fatores que os levaram a realizar uma graduação.

- *Questão 2. De 1 a 10, qual a relação entre o curso concluído no Ifes e a verticalização dos seus estudos?*

Ao responder tais questionamentos, os(as) egressos(as) poderiam atribuir notas de 1 a 10, de forma a mensurar o grau de importância que eles(elas) atribuem subjetivamente a determinadas questões. Quanto mais próximas de zero, menor a importância atribuída ao tema, quanto maior a nota, maior a importância atribuída.

Houve um retorno de 6,02 para a média geral, apontando para um patamar de intermediário a significativo para a importância atribuída ao curso no que concerne à continuidade dos estudos. Dentre os(as) participantes que responderam “não” na questão 1, a média apresentada foi de 3,36 pontos, enquanto que para os(as) que responderam “sim” na referida indagação, a média apresentada foi de 6,85. Percebe-se claramente que aqueles(as) que declararam que o curso contribuiu para sua verticalização tendem a atribuir uma nota de maior valor para a relação entre o curso e a verticalização, o que é um padrão razoavelmente esperado.

Não há intenção de gerar indicadores definitivos de valoração, como baixo, médio ou alto, haja vista a subjetividade destas denominações, de forma que apesar dos retornos quantitativos, preferimos nos prender a fatores mais qualitativos para interpretar os dados coletados.

- *Questão 3. O curso concluído no Ifes contribuiu para definir sua carreira profissional?*

Relativamente ao questionamento: 16 afirmaram que o curso não contribuiu para a definição de sua carreira profissional, enquanto 30 afirmaram haver contribuído para tanto. Três entrevistados(as) optaram por não responder a esta questão. Apesar de ser menor do que a indicada no quesito verticalização, ainda há predominância dos(das) que indicam a influência positiva do curso na definição de sua carreira profissional. Como apenas 11 informaram trabalhar formalmente, ou possuir CNPJ, podemos inferir que alguns(algumas) dos(das) participantes consideraram sua carreira profissional futura, após a conclusão da graduação em curso para responder a esta questão. Estudos futuros e mais minuciosos podem levar em

consideração tal fato para correlacionar a expectativa de ingresso no mercado e a sua já efetivação, com os conhecimentos adquiridos nos cursos técnicos, diferindo estes dois cenários.

- *Questão 4. De 1 a 10, qual a relação entre o curso concluído no Ifes e a definição de sua carreira profissional?*

Houve um retorno de 5,46 para a média geral, apontando para um patamar intermediário de importância do curso para a definição da carreira profissional. Dentre os(as) participantes que responderam “não” à questão 3, a média apresentada foi 3,87 pontos, enquanto que para os(as) que responderam “sim” na referida indagação, a média apresentada foi de 6,57. É possível notar que os valores guardam certa proximidade aos valores relacionados à relação do curso e a verticalização dos estudos, corroborando com a inferência apresentada na interpretação dos dados retornados à questão três.

- *Questão 5. Quando você ingressou no Instituto, você sabia que teria uma formação profissional?*

Todos os(as) egressos(as) optaram por responder a esta questão e dentre eles(elas) 42 tinham conhecimento da existência de uma formação profissional, ao passo que apenas 7 desconheciam tal fato. Aos que assinalaram não conhecer a formação profissional, previamente, temos uma média de 8,28 para a resposta à questão 2 (relação curso/verticalização) e de 5,66 para a resposta à questão 4 (relação curso/carreira profissional), sendo que ambos os somatórios superam os valores da média geral do grupo amostral. Destaque-se o alto valor alcançado na relação do curso com a verticalização dos estudos deste subgrupo, indicando que houve influência positiva na sua decisão de continuidade dos estudos. Salienta-se que todos os(as) sete respondentes anotaram notas acima de sete pontos, uma certa tendência dentro deste subgrupo.

Aos(As) que assinalaram já conhecer a formação profissional, previamente, temos uma média de 5,61 para a resposta à questão 2 (relação curso/verticalização) e de 5,57 para a resposta à questão 4 (relação curso/carreira profissional), sendo que ambos os somatórios ficaram muito próximos aos valores da média geral do grupo amostral, até porque se trata de um subgrupo com quantitativo muito maior e que naturalmente se aproximará dos valores médios do grupo total.

- *Questão 6. Se sabia, tinha interesse em seguir carreira na área do curso?*

Entre os 42 egressos(as) que tinham conhecimento sobre a formação técnica, 36 afirmaram não ter interesse em seguir na área do curso estudado, enquanto apenas 6 desejavam seguir tal caminho. O método utilizado não permitirá uma extrapolação para o universo de estudantes formados(as) na série temporal, mas dentro da amostra alcançada há uma tendência ao não interesse de seguir carreira dentro da área dos cursos ofertados. A comparação destes

dados com as respostas às questões sete a 10 será crucial para tentar compreender como se desenha este cenário. Estudos futuros, ao replicar a questão seis da presente pesquisa, podem adicionar uma nova questão inquirindo ao(a) egresso(a) se este seguiu, ou tem interesse em seguir carreira na área, de forma que será possível avaliar a percepção dos(as) entrevistados(as) sobre o que é a área do curso, ou se houve mudança de perspectiva com o passar do tempo.

- *Questão 7. De 1 a 10, qual a relação de importância para sua vida, da formação propedêutica recebida no Ifes?*

Houve um retorno de 8 pontos para a média geral. Aos (As) que assinalaram “não” para a resposta à primeira questão (relação curso/verticalização) temos uma média de também 8 pontos e uma média de 9,48 para os(as) que responderam “sim”. Em relação aos(as) que assinalaram “não”, em resposta à questão 3 (relação curso/carreira profissional), temos uma média de 9,5 pontos e uma média de 9,53 para os(as) que responderam sim. Aqui temos um indicativo de que há uma alta valorização do ensino propedêutico por parte do grupo, inclusive para os(as) que não consideram a relação curso/verticalização como significativa. Tal retorno vai ao encontro da hipótese de que muitos(as) estudantes ingressam no Ifes interessados(as) em uma educação de qualidade que lhes permitirá bom desempenho nos exames sequenciais de ingresso na graduação, como o ENEM e vestibulares de faculdades específicas.

- *Questão 8. De 1 a 10, qual a relação de importância para sua vida, da formação técnica recebida no Ifes.*

Houve um retorno de 7,5 para a média geral. Aos (As) que assinalaram “não” para a resposta à questão 1 (relação curso/verticalização) temos uma média de 5,83 pontos e uma média de 8,05 para os(as) que responderam sim. Em relação aos(as) que assinalaram “não”, em resposta à questão 3 (relação curso/carreira profissional), temos uma média de 6,25 pontos e uma média de 8,24 para os(as) que responderam “sim”. Percebe-se neste cenário que há uma maior valorização da parte propedêutica, em detrimento da parte profissional, no que diz respeito à percepção dos(das) participantes, o que corrobora com a hipótese levantada no início da pesquisa.

- *Questões 9 e 10. Se você pudesse separar a formação propedêutica e a formação técnica ofertada pelo Ifes você optaria por fazer as duas, ou apenas uma? Se optou por apenas uma, qual delas seria?*

Relativamente ao questionamento: 13 afirmaram que realizariam apenas uma das formações, no caso, a propedêutica, enquanto 35 afirmaram que realizariam ambas as formações, nenhum(a) optou por realizar apenas a formação técnica e apenas um(uma) egresso(a) optou por não responder a esta pergunta. Nota-se uma maior valorização da parte

propedêutica em relação ao grupo analisado, contudo, uma parte expressiva dos(das) respondentes afirmou que optaria por realizar ambas as formações, o que indica que existe valorização da formação técnica por cerca de 69% dos(das) egressos(as) do grupo amostral, de forma que caso pudessem optar, realizariam ambas as formações, mesmo que posteriormente não seguissem a carreira profissional técnica e que valorizassem a formação universitária.

O retorno obtido a esta questão levanta mais uma vez a necessidade de uma análise mais qualitativa do caso, pois apesar dos índices de valorização do curso técnico indicarem valores mais baixos, em termos absolutos e diretos, aproximadamente 7 em cada 10 egressos(as) optariam por realizar novamente o curso técnico integrado ao ensino médio. Nesta pesquisa, mesmo que o(a) egresso(a) não siga carreira ou verticalize seus estudos em área relativa ao curso técnico, as experiências, competências e habilidades adquiridas durante a formação aparentam ter valor significativo para boa parte deste grupo, de forma que, em cenário hipotético, repetiriam a experiência vivenciada.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS(AS)

A produção acadêmica sobre o acompanhamento de egressos(as) dos Institutos Federais tem se expandido nos últimos anos, embora ainda seja um campo em consolidação. Conforme evidenciado por Rocha e Oliveira (2024), em levantamento realizado junto aos 38 Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram encontradas propostas para o acompanhamento de egressos(as) em todas as instituições pesquisadas, com destaque para a elaboração e implantação de políticas de acompanhamento, a realização de pesquisas com egressos(as) e a criação de portais do(da) egresso(a). No entanto, os(as) autores(as) concluem que as atividades realizadas ainda estão aquém das possibilidades, tendo em vista a potencialidade de uso das informações geradas pela pesquisa com os(as) formados(as) por essas instituições.

Coelho (2024), ao analisar a Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) com foco nos cursos superiores de Tecnologia da Informação do *campus* Urutaí, constatou que a implantação da política nos cursos em questão ainda se encontra em estado incipiente. Embora o *campus* já possua um comitê local de egressos(as) e os(as) coordenadores(as) demonstrem interesse na temática, a instituição ainda carece de mecanismos de acompanhamento institucionalmente consolidados. Resultado semelhante foi encontrado por Costa (2024) no Instituto Federal do Pará (IFPA), onde se observa uma lacuna no

acompanhamento de egressos(as) que reflete a fragilidade das instituições de ensino ao não gerenciarem e adaptarem seus planejamentos institucionais. O estudo objetivou descrever a política de acompanhamento e monitoramento dos(das) egressos(as) no IFPA, visando realizar uma análise e compreensão da Política Institucional de acompanhamento do(da) egresso(a) e os principais entraves que dificultam sua implementação.

No que se refere especificamente à inserção dos(das) egressos(as) no mundo do trabalho, Carvalho Junior (2022) desenvolveu um estudo com o objetivo de caracterizar a inserção de egressos(as) de cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, concluindo que a literatura considera estudos de caso para análise de inserção profissional dos(das) egressos(as), dadas as disparidades econômicas e regionais do país. Esse achado reforça a importância de pesquisas contextualizadas que considerem as especificidades locais e regionais na avaliação da efetividade da formação profissional.

Medeiros Silva e Medeiros (2025) analisaram a percepção dos(das) egressos(as) de cursos técnicos de nível médio na forma integrada de um Instituto Federal quanto à sua empregabilidade. Utilizando dados da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) 2020, os(as) pesquisadores(as) constataram que um número significativo de egressos(as) busca pela verticalização dos estudos, priorizando o ingresso no ensino superior à inserção no mercado de trabalho. Além disso, constatou-se que poucos egressos(as) estão trabalhando e, entre aqueles(as) que possuem ocupação laboral, um percentual baixo atua em sua área de formação técnica, e os(as) egressos(as) afirmaram que são escassas as oportunidades de trabalho na área de formação. Verifica-se uma desvinculação entre os objetivos dos(das) egressos(as) com a realização do curso técnico na instituição e alguns objetivos da Política de Educação Profissional brasileira, assim como entre a oferta de cursos e as demandas do setor produtivo local e regional. Esses resultados corroboram os dados que colhemos na pesquisa com o Ifes.

Estudos como o de Andrade (2022) sobre a inserção profissional dos(das) egressos(as) de cursos técnicos do IF Goiano e o de Monte (2025) sobre egressos(as) do Instituto Federal do Piauí (IFPI) vêm contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a trajetória profissional dos(das) formados(as) pelos Institutos Federais. Essas pesquisas indicam que, embora a formação técnica seja valorizada, a inserção no mercado de trabalho enfrenta desafios relacionados à adequação entre a formação oferecida e as demandas do setor produtivo, bem como à concorrência com outras modalidades de ensino.

No âmbito da continuidade dos estudos, pesquisas como a de Resende, Paula e Nogueira (2025), sobre o acesso de egressos(as) de escolas federais aos cursos mais seletivos da Universidade Federal de Minas Gerais, indicam que a formação em instituições federais pode

favorecer o ingresso no ensino superior, especialmente em cursos de maior seletividade. Essa constatação dialoga com os resultados encontrados nesta pesquisa, nos quais se observa a valorização da formação propedêutica e a tendência de verticalização dos estudos entre os egressos(as) analisados(as).

Quanto à avaliação da formação integrada (propedêutica e técnica) sob a perspectiva dos(das) próprios(as) egressos(as), Macedo (2025) concluiu que o impacto do ensino médio integrado à educação profissional na vida dos(das) egressos(as) foi avaliado positivamente, e que o feedback dos(das) ex-alunos(as) tem sido fundamental para o aprimoramento dos cursos. Santana (2024) investigou as aspirações sobre o mundo do trabalho e a continuação dos estudos dos(das) egressos(as) do ensino médio integrado, contribuindo para compreender as motivações e expectativas desses(as) jovens em relação à sua formação. No que tange à inserção dos(das) egressos(as) com carteira assinada, pesquisas do Ifes campus Cachoeiro de Itapemirim indicam que 70% dos(das) egressos(as) estão trabalhando, e destes(das), 23% também estudam paralelamente. Ademais, há experiências que utilizam dados de carteira assinada e ocupação para identificar se os(as) profissionais estão empregados(as) em sua área de formação, como o sistema oficial da Rede Federal de Educação Científico-Tecnológica. Sobre a inserção como Microempreendedor Individual (MEI), estudos indicam que essa modalidade tem sido uma alternativa para egressos(as), embora ainda haja pouca produção acadêmica sobre o tema.

Este trabalho conclui que a temática dos(das) egressos(as) é de extrema importância para avaliar a efetividade das instituições de educação, tanto na formação profissional e tecnológica, que são o foco desta pesquisa, quanto nas instituições de ensino superior (IES), que são o foco de um maior número de projetos de pesquisa. Dois aspectos principais surgem quando abordamos essa temática: a verticalização dos estudos e a inserção no mundo do trabalho.

Em relação à verticalização, é crucial destacar que uma educação fundamentada em princípios de criticidade e inclusão social possibilita a ascensão de grupos de menor poder aquisitivo a posições consideradas de maior prestígio na sociedade. Mas uma formação no campo das ciências naturais voltada para a aprendizagem significativa e para o desenvolvimento da capacidade de interpretar fenômenos e criar soluções nessa área do conhecimento também é essencial, assim como ter uma base sólida nas ciências para compreender, interpretar e criar novos processos no trabalho. No entanto, esse movimento só é possível se os sistemas de ensino, gestores(as), docentes e demais profissionais envolvidos(as) no processo formativo não perderem de vista tais princípios.

A sobrecarga de disciplinas e conteúdos inseridos em algumas disciplinas, muitas vezes desalinhados com as necessidades atuais da sociedade, acaba exaurindo os(as) discentes ao longo do processo de aprendizagem. Isso faz com que os(as) discentes priorizem determinadas partes do currículo em detrimento de outras, concentrando sua atenção apenas naquilo que consideram necessário e interessante, ou mesmo naquilo que é mais desafiador e essencial para a aprovação. O repensar o currículo de maneira permanente deve substituir a postura de apenas sobrepor novas disciplinas às preexistentes, sem uma avaliação sobre o mundo social, tecnológico, econômico em que vivemos e sem uma clareza sobre que sociedade, que profissional e que ser humano queremos formar para um projeto de currículo mais orgânico e articulado.

Esse repensar curricular deve priorizar alternativas que permitam aos(as) estudantes desenvolver seus próprios meios de construção do conhecimento e alcançar níveis mais elevados de educação. Vivemos em um mundo em transformação rápida e permitir que os(as) discentes possam viver e se movimentar de forma autônoma nesse mundo para garantir sua sobrevivência com capacidade de interpretar os processos produtivos e sociais e se desenvolver será essencial. Nesse novo momento, a ação do Estado para planejar, fortalecendo a educação permanente e protegendo as pessoas de situações de exclusão produtiva é basilar.

No que diz respeito à inserção dos(das) egressos(as) no mundo do trabalho, é necessário considerar a necessidade de uma formação crítica, para que eles(elas) possam compreender a função essencial de sua força de trabalho no funcionamento da economia do país e do mundo. Estamos em um mundo em que as tarefas mecânicas nem as intelectuais estarão a salvo da sua assunção pela inteligência artificial, e esse momento disruptivo deve ser acompanhado por uma ação proativa e intensa pelo Estado, pela Educação e pela Sociedade. A formação deve buscar elevar os(as) discentes a uma posição na sociedade que lhes permita contribuir para os avanços e os resultados do trabalho realizado nessa nova configuração das forças produtivas, bem como usufruir deles de forma mais justa e equitativa.

Acreditamos que os resultados obtidos foram positivos, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Foi possível construir uma compreensão mais aprofundada do cenário em que se encontra a Política de Acompanhamento de Egressos(as) do Ifes, uma vez que havia e ainda há poucas informações sobre esse grupo nas bases de dados da instituição. Foram levantadas questões críticas sobre como a instituição desenvolve suas ações e as divulga em seus canais oficiais de comunicação, ressaltando a necessidade de desenvolver e promover maior difusão das atividades já realizadas.

Também foi possível contribuir efetivamente para a produção do texto da política mencionada, estabelecendo concepções importantes que orientarão as práticas a serem seguidas para sua implementação. Essas concepções incluem a criação de um canal oficial de comunicação contínua com os(as) egressos(as) e a formação de comissões multidisciplinares, intersetoriais e permanentes de acompanhamento, para a execução da política proposta.

Ao abordar os aspectos teóricos e práticos, considera-se como um resultado muito positivo a produção de um manual com orientações sobre como realizar o cruzamento de dados específicos dos(das) estudantes da instituição com dados presentes em bancos públicos da RAIS e do MEI. Além disso, o manual produzido e adotado na instituição também indica uma metodologia de busca ativa de egressos(as) da instituição. Esse produto tem valor como uma ferramenta de trabalho para os grupos que iniciarão as atividades da Política de Acompanhamento de Egressos (PAEG) no Ifes, bem como para outros grupos menos experientes em relação ao acompanhamento de egressos(as). Acredita-se também que possa servir como referência para trabalhos futuros que aprimorarão os processos mencionados. Saliente-se que esse acompanhamento de egressos(as) será uma porta de retorno para repensar a formação durante os cursos e a relação com o território e suas comunidades, intensificando a relação do Ifes e demais Institutos pelo Brasil com seu entorno e aprimorando seu currículo.

O cruzamento de dados dos(das) egressos(as) com os dados da Receita Federal, identificando aqueles(as) que possuem ou possuíam a condição de Microempreendedor Individual (MEI), traz uma perspectiva muito interessante sobre a inserção desse grupo no mundo do trabalho. Essa abordagem pode indicar questões relacionadas a uma formação também empreendedora, entretanto de forma crítica, não apenas propagandística ou superficial, sendo um indicador relevante que, combinado com outras análises, pode gerar informações valiosas sobre a efetividade dos cursos técnicos do Ifes.

Outra conquista prática que deve ser mencionada é a produção da tabela comparativa entre os cursos técnicos e as seções do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), pois proporciona uma perspectiva prática de avaliação indicando em quais atividades os(as) egressos(as) estão inseridos(as), sem depender exclusivamente da aplicação de questionários para coletar os dados desejados. Mesmo que essa tabela seja adaptada e modificada, ela pode gerar índices relevantes para medir a permanência dos(das) egressos(as) em suas áreas de formação técnica. Acredita-se até mesmo que essa metodologia de análise possa ser expandida para avaliar os cursos de educação superior do Ifes.

Por fim, o desenvolvimento da metodologia de busca ativa dos(das) egressos(as) para entrevistas demonstrou ser muito promissor para a realidade do Ifes, permitindo a obtenção de

dados qualitativos e quantitativos, além de facilitar o reestabelecimento de contatos e a reaproximação dos(das) egressos(as) com seus campi de origem, uma vez que a instituição não possui um programa sistemático de comunicação com seus egressos(as). É possível identificar algumas possibilidades que podem aprimorar e ampliar os resultados alcançados até agora. Uma delas é a expansão das análises realizadas para grupos maiores e séries temporais mais extensas, a fim de obter dados mais significativos.

Por outro lado, a realização de trabalhos mais delimitados, podendo ser restringidos a cursos específicos, pode trazer mais clareza em relação à realidade da relação de seus(suas) egressos(as) com estes cursos, permitindo uma verificação mais aprofundada da efetividade da inserção de estudantes formados(as) no mundo do trabalho em sua área específica, incluindo análises da tabela do CNAE em nível de categorias e subclasses, para um melhor esclarecimento dessas relações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de trabalhos como esse é proporcionar um impacto significativo na redução da lacuna de informações sobre os grupos de egressos(as) das instituições educacionais. Eles podem fornecer mecanismos eficazes de coleta de dados para identificar os(as) egressos(as) que estão atuando no mundo do trabalho, seja como empregados(as) formais ou registrados(as) como Microempreendedores Individuais (MEI), aqueles(as) que deram continuidade aos seus estudos e outros(as) que mudaram de área de formação e atuação profissional.

A proposta de criar um “Canal de Comunicação com o(a) Egresso(a)”, utilizando as tecnologias de informação e comunicação disponíveis, é uma das soluções para acompanhar a trajetória acadêmica e profissional dos(das) egressos(as) do Ifes. Essa iniciativa está alinhada com as diretrizes da nova Política de Acompanhamento de Egressos do Ifes aprovada em 2023, e pode proporcionar uma variedade de ações, como oferta de cursos de formação continuada, divulgação de oportunidades de emprego, criação de novos cursos e obtenção de novos títulos. Além disso, esse canal possibilita uma maior interação dos(das) egressos(as) com as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no Instituto.

Destaca-se a importância de pensar e debater políticas públicas voltadas ao acompanhamento dos(das) egressos(as) da educação básica, especialmente aqueles(as) que passaram pela educação técnico-profissionalizante. Essas políticas devem valorizar essa etapa de ensino e gerar indicadores da efetividade das ações realizadas, com o objetivo de promover uma melhoria contínua nos cursos e atividades oferecidas e ser um instrumento de gestão, afinal

uma instituição pública deve estar ativa e não apenas continuar mantendo por tradição determinados perfis, se repensando na sua gestão acadêmica.

Uma política de acompanhamento de egressos(as) se reveste de importância no atual momento disruptivo com a adoção acelerada da inteligência artificial e demais tecnologias da informação e comunicação (TIC), que provocam um impacto gigantesco sobre a prática educativa e sobre o mundo do trabalho. Negar ou desconhecer esse impacto não contribuirá para a preservação dos postos de trabalho nem defenderá os direitos dos(das) trabalhadores(as), pois estamos numa fase histórica não somente em que o trabalho manual e repetitivo é substituído, mas principalmente o trabalho intelectual é impactado pelas novas tecnologias.

Torna-se importante redefinir os currículos, as formações, entender quais as profissões e ocupações estão sendo diminuídas ou extintas e quais outras devem ser criadas. O papel do Estado como regulador e organizador desse processo torna-se essencial para que a Sociedade e os sistemas educacionais possam enfrentar o desafio dessa nova fase de desenvolvimento das forças produtivas. A formação continuada para os(as) trabalhadores(as) poderem enfrentar um mundo do trabalho em permanente e acelerada mutação está colocada, a Educação torna-se mais importante ainda. Também será importante a ação do Estado para garantir uma renda mínima universal que permita que as pessoas possam se reinserir ao longo do tempo no mundo do trabalho sem passar pela exclusão social, e as novas tecnologias possam servir à humanidade como possibilidade de libertação, de maior tempo livre, e para que não se criem massas de pessoas sem inserção nessa nova ordem.

Repensar os currículos, as formações e os conteúdos no sentido de garantir uma formação integral, com forte base nas ciências e nas humanidades constitui-se num caminho para que os(as) trabalhadores(as) possam se apropriar dessas novas tecnologias e de forma criativa e autônoma possam redefinir seus espaços de trabalho, assim como podem retornar ao sistema de ensino para redefinir sua trajetória profissional e pessoal. O processo de contínua retroalimentação de informações e conhecimentos para a escola sobre o mundo em que estamos se dará também pelo acompanhamento de egressos(as), que deixarão cada vez mais a posição de ex-alunos(as) e se tornarão pessoas que voltarão para a formação, numa comunidade aprendente/de aprendizagem permanente em que durante a vida será possível mudar de lócus de trabalho e preservar a dignidade do ser humano. Trata-se aqui de aproveitar as novas tecnologias, um novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas, com a Sociedade decidindo politicamente como fazer essa transição.

Antes mesmo dos resultados preliminares desse estudo e da atual onda das TICs, especialmente da inteligência artificial, já se sabia que a marca da vida das pessoas é a

transitoriedade e a mobilidade. Algumas pessoas fazem cursos superiores e não se interessam pela profissão para a qual são formadas no Ifes. Pessoas que migram para outras áreas, estudam outros assuntos. Essa mobilidade e transitoriedade já eram notadas por pesquisas anteriores, não se trata agora de uma situação diferente.

Mas a pesquisa indica também uma valorização da formação propedêutica, sem excluir a técnica, e a percepção da necessidade de repensar os currículos para que eles não se tornem apenas uma justaposição e acréscimos indefinidos de conteúdos. A recuperação ou reafirmação do conceito de Educação Integral se torna fundante nesse momento de transição rápida e revolucionária, que pode nos levar à exclusão social da maioria da população ou à integração social com maior conforto. É um momento histórico em que a Ciência, a Cultura e a Educação mais do que nunca estão no centro do processo produtivo, e por isso é importante conhecer, pesquisar e entender essas mudanças pelas quais os(as) egressos(as) e a Sociedade passam.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando Ferreira. **Um modelo de conhecimento para empreendimentos criados por egressos de universidades brasileiras**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188672>. Acesso em: 28 de jun. 2026.

ANDRADE, Érika Lemes de. **Inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, 2010-2014**. Goiânia: IF Goiano, 2022. 102 p. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2377>. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 9 de jun. de 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 de jun. de 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 382, de 22 de maio de 2025**. Altera a Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 maio

2025. Disponível em: <https://www.lex.com.br/portaria-mec-no-382-de-22-de-maio-de-2025/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

CARNEIRO, Etienne Santiago; SOUZA, Shirlei Pereira de; ROCHA, Georges Souto. **Mecanismos de acompanhamento de egressos dos institutos federais de educação profissional e tecnológica e suas contribuições para a avaliação institucional**. Avaliação: Processos e Políticas – Volume 01. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 2321-2339. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/65461>. Acesso em: 28 de jun. 2026.

CARVALHO JUNIOR, José Roberto Abreu de; COELHO JUNIOR, Thalm de Paiva. Inserção de egressos do ensino técnico federal no mercado de trabalho local. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, e119752, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.119752. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/119752>. Acesso em: 28 jun. 2026.

COELHO, Daniel Bernardes. **Política de acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano**: aplicações e contribuições no Campus Urutaí. 2024. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19231>. Acesso em: 28 jun. 2026.

COSTA, Cristina do Socorro Ribeiro da. **Análise da política institucional de acompanhamento de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA**. 2024. Dissertação – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/254764>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FERREIRA, Francisco Danilo da Silva. **Avaliação de política de cotas no ensino superior sobre o desempenho acadêmico e o mercado de trabalho**. 2021. 102 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22569/1/FranciscoDaniloDaSilvaFerreira_Tese.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Política de Acompanhamento de Egressos do Ifes (PAEG)**. Resolução CS nº 177/2023. Vitória, 2023. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_177_2023_-_Anexo_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Acompanhamento_de_Egressos_do_Ifes.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Gestão 2019**. Vitória: Ifes, 2020. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_Ifes_2019.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

LIMA, Diego de Faveri Pereira; GOLDSZMIDT, Rafael Guilherme Burstein. **Quanto vale a pena fazer um doutorado?** Um Estudo sobre as carreiras de egressos de programas de doutorado no Brasil. FGV, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2676e1ce-d81d-4617-b58c-ba27a27e211b/content>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MACEDO, Robério Leite de; DUSEK, Patricia Maria. Além do diploma: o impacto transformador da educação profissional integrada ao ensino médio e a importância vital do acompanhamento dos egressos. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 7, e2592, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n7-76-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2592>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MEDEIROS SILVA, Yasmin; MEDEIROS, Jássio Pereira de. Perfil profissional dos egressos de cursos técnicos integrados quanto a sua inserção profissional. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 8, n. 2, p. 57–77, 2025. DOI: 10.36524/profept.v8i2.1611. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1611>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MONTE, Layane Almeida; MARINHO, Camila Holanda. Egressos do Instituto Federal de Educação do Piauí: formação e inserção profissional em perspectiva. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 5, e2183, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n5-3-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2183>. Acesso em: 28 jun. 2026.

REGO, Engels Iury Barbosa Guedes do. **O efeito do certificado e reputação da IES na remuneração dos egressos de cursos de especialização**. 41 f. 2019. Dissertação (mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7c9aa2f6-a318-49d5-8588-2d5e55a597a7/content>. Acesso em: 28 jun. 2026.

RESENDE, Patrícia Cappuccio de; PAULA, Gustavo Bruno de; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Egressos de escolas federais e o acesso aos cursos mais seletivos da Universidade Federal de Minas Gerais antes e depois das políticas de ações afirmativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, e91576, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/91576>. Acesso em: 28 jun. 2026.

ROCHA, Fernando de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Paula Lelis Rodrigues de. Acompanhamento de egressos nos Institutos Federais: um desafio para educação profissional no Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 7, e8308, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-152. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8308>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SANTANA, Camila Iorrane Costa; COSTA, Odaléia Alves da. Mapeamento de teses e dissertações sobre os egressos do Ensino Médio Integrado de 2014 a 2019. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, p. e10021, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.10021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10021/pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SANTANA, Camila Iorrane Costa; COSTA, Odaléia Alves da. Aspirações sobre o mundo do trabalho e a continuação dos estudos dos egressos do ensino médio integrado. **Cenas Educacionais**, v. 7, e16938, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cenaseducacionais/article/view/16938>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpxrzCX5GYtgFpr7VbhG/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/temáticas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 28 jun. 2026.